



Sistema de telefonia em debate

Para tentar entender os problemas do sistema de telefonia no Brasil, o Presidente da CFFC, Deputado Edmar Arruda, cria a SubTel. [pg 3](#)

E MAIS:

INVESTIGAÇÃO NA SAÚDE . [pg 4](#)

VISITA ÀS OBRAS DA COPA . [pg 5](#)

COMITIVA AFRICANA VISITA CFFC . [pg 9](#)

Editorial

No Brasil, o Congresso Nacional possui duas grandes finalidades institucionais. A primeira, geralmente a mais conhecida, consiste na representação do povo, por intermédio dos deputados e senadores, democraticamente eleitos para elaborar as leis do País. A segunda, igualmente relevante, mas muitas vezes ignorada, consubstancia na atividade de fiscalização dos atos do Poder Executivo.

É aqui que reside a razão de ser da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, que tenho o privilégio de presidir desde o começo deste ano. À frente da CFFC tenho trabalhado para assegurar a plenitude do exercício de fiscalização constitucionalmente garantido ao parlamento. E os resultados até então obtidos, com o esforço de todos os deputados membros, vêm apenas confirmar essa posição.

Iniciados os trabalhos, determinei a reinstalação de importantes subcomissões que já vinham atuando: do PAC, do Programa Minha Casa, Minha Vida, da Copa e das Olimpíadas. Todas essas obras possuem profunda relevância econômica, estratégica e social para o Brasil, e, em virtude do montante de recursos públicos envolvidos, esses grupos de monitoramento foram estabelecidos de forma prioritária.

Em consonância com os objetivos da CFFC, também foi criada a Subcomissão Especial da Saúde, com o intuito de fiscalizar os recursos públicos destinados ao setor, inclusive a hospitais universitários. Essa providência foi prontamente tomada pelos deputados, e por mim atendida, diante das denúncias de corrupção e fraudes em processos licitatórios ocorridos no estado do Rio de Janeiro.

Os trabalhos ainda continuam e o objetivo será sugerir mecanismos que dificultem a malversação dos recursos públicos para a área, que é de importância vital para a Nação. Aprofundando nossa atividade fiscalizadora, foram convocados a pres-

tar esclarecimentos alguns ministros de Estado e altos dirigentes do Poder Executivo.

Em 24 de abril, a CFFC recebeu em audiência pública o presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, Ministro Sepúlveda Pertence, que prestou esclarecimentos sobre o funcionamento e as atribuições da Comissão de Ética da Presidência da República. Em 8 de maio, a CFFC realizou audiência pública com a presença do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, destinada a discutir as denúncias de irregularidades nos hospitais do Rio de Janeiro.

Atendendo requerimento da comissão, em 16 de maio esteve presente a Ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvati, que prestou esclarecimentos aos deputados sobre as denúncias de irregularidades na compra de 28 lanchas por parte do Ministério da Pesca e Aquicultura, que até então comandava.

E, finalmente, ainda no mês de maio, no dia 22, também esteve presente na comissão para prestar esclarecimentos o Ministro da Integração Nacional Fernando Bezerra, que debateu com os presentes sobre as dificuldades encontradas pelo governo para a conclusão das obras de transposição do Rio São Francisco.

Também merece destaque a audiência pública de 19 de abril, que contou com a presença dos representantes das maiores empresas de telefonia móvel do País e do sindicato das teles, e que debateu a má qualidade da prestação desses serviços, algo que tem sido muito prejudicial a milhões de consumidores brasileiros.

Como decorrência dessa audiência, a CFFC instalou no mês de julho uma subcomissão especial que terá por objetivo adotar medidas que possam clarificar as razões desses problemas e evidenciar soluções.

Para o próximo semestre, a Comissão continuará a pleno vapor em sua função fiscalizadora,

inclusive com a promoção de um importantíssimo seminário no dia 22 de agosto, no Auditório Nereu Ramos, que terá por objetivo discutir os efeitos das políticas públicas de estímulo ao consumo na economia brasileira. Alargando suas atribuições, o evento contará com a participação de setores da sociedade civil organizada, como o Conselho Federal de Economia, tornando o debate inclusivo, democrático e fortalecendo a transparência.

Enfim, diversas outras atividades igualmente importantes foram realizadas nesse período e das quais o leitor poderá obter maiores informações no decorrer da leitura deste informativo ou por meio do Portal da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br).

Desejo a todos uma boa leitura. ■



Deputado Federal EDMAR ARRUDA
Presidente da Comissão de Fiscalização
Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

Entenda as funções da CFFC

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle é a comissão permanente que melhor representa o papel fiscalizatório da Câmara dos Deputados. Uma de suas principais competências é acompanhar, fiscalizar contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacionalmente a União e as entidades da administração direta e indireta. Isto quer dizer que a atuação da comissão se dá sobre os recursos públicos federais, sejam eles aplicados diretamente pelos ministérios, autarquias e fundações ou transferidos por meio de convênios, para os estados, DF e municípios.

Também são atribuições da CFFC o acompanhamento de planos e programas de desenvolvimento nacional ou regional, a tomada de contas do Presi-

dente da República, a apreciação de representações do Tribunal de Contas que objetivam a sustação de contratos impugnados e também o exame de relatórios de atividades do TCU. Para exercer o seu papel, a CFFC dispõe de três principais instrumentos: as Propostas de Fiscalização e Controle, os Requerimentos e as Representações. É por meio deles que fatos passíveis de fiscalização chegam ao seu conhecimento e são discutidos e votados pelo Colegiado.

A partir de então, para subsidiar seus trabalhos, poderão ser requisitados relatórios, balanços, auditorias e informações sobre as contas ou autorizações de despesas de órgãos e entidades da administração federal, diretamente ou por intermédio

do Tribunal de Contas da União, órgão que tem atribuição constitucional de auxiliar o Legislativo em sua função fiscalizatória.

É importante ressaltar que por meio das Representações se dá a interação com a sociedade. Elas podem ser apresentadas por pessoa física ou jurídica, contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas. A CFFC realiza também audiências públicas, que são reuniões que visam promover o debate de parlamentares com autoridades e representantes da sociedade civil, a fim de instruir matéria sujeita a sua atuação fiscalizatória, bem como tratar de assuntos de interesse público relevantes relacionados às suas competências.

Deputado Edmar Arruda cria a SubTel

A Subcomissão tem como principal desafio solucionar os problemas na legislação da telefonia



No final de maio, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle aprovou o requerimento do Presidente da Comissão, Deputado Edmar Arruda (PSC/PR), que cria a Subcomissão da Telefonia, a SubTel. O presidente acredita que o tema é de fundamental importância para a sociedade brasileira. “No Brasil, já alcançamos a marca de mais de um celular por habitante. A sociedade moderna está completamente estruturada na tecnologia e mobilidade que o celular possibilita. Os cidadãos não podem continuar pagando por um serviço falho, que os deixe na mão constantemente”, ressaltou Arruda.

As falhas na prestação dos serviços de telefonia móvel são uma das principais reclamações do cidadão brasileiro. O serviço de telefonia móvel é prestado por meio de antenas; cada uma dessas antenas tem capacidade para atender determinado número de usuários. O aumento do número de usuários, seja pela expansão dos serviços ou pela concentração de celulares em um mesmo lugar, exige a instalação de novas antenas para suprir a demanda e garantir a prestação dos serviços com qualidade.

Em audiência pública realizada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle no mês de

abril, o Presidente do Sinditelebrasil, que representa grande parte das empresas de telefonia móvel do país, afirmou que o grande número de legislações municipais é um dos principais entraves para o desenvolvimento de uma infraestrutura adequada à boa prestação dos serviços de telefonia.

Por outro lado, visando garantir a proteção da saúde da população e do meio ambiente, a Lei nº 11.934/2009 estabelece limites para a exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos gerados por estações transmissoras de radiocomunicação, por terminais de usuário e por sistemas de energia elétrica nas faixas de frequências até 300GHZ, limitando a instalação das antenas em áreas residenciais.

Alguns indicativos apontam que o Ministério das Comunicações tem intenções de enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei unificando as regras de licenciamento para a instalação de estações radiobase (ERBs), a “Lei das Antenas”. O projeto está amparado por recentes decisões do STF que esclarecem que a competência para legislar sobre telecomunicações é exclusiva da União.

Como está estabelecido no art. 49, inciso X, da Constituição Federal e no art. 32, XI, do Regimento Interno da Casa que cabe à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle o “acompanhamento e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta”, o Deputado Edmar Arruda solicitou o apoio dos parlamentares da CFFC para a resolução dos problemas que afetam os brasileiros que utilizam a telefonia, ou seja, praticamente toda a população.

Para o deputado, a Comissão tem muito a contribuir neste tema. “O objetivo é a diminuição da burocracia em torno dos procedimentos necessários para a instalação das antenas, aumentando a qualidade do serviço de telefonia celular prestado pelas operadoras autorizadas, sem, contudo, deixar de lado questões como a segurança e a saúde da população em geral e dos trabalhadores envolvidos no segmento”, destacou Arruda. Com a instalação da Subcomissão, a Casa irá se debruçar na proposição de uma legislação federal que unifique regras, procedimentos e formas de fiscalização dos serviços de telefonia móvel.

Audiência pública dá início aos debates sobre telefonia no Brasil

Com base no Requerimento 194/11, do Deputado Federal Filipe Pereira (PSC/RJ), a CFFC realizou audiência pública para debater a prestação do serviço de telefonia fixa e móvel no país. Os representantes das principais operadoras e da agência reguladora do setor, a Anatel, foram convocados para falar sobre a má operação dos sistemas de telefonia.

Os parlamentares tiveram a oportunidade de questionar os convidados sobre a baixa qualidade

dos serviços prestados ao consumidor, principalmente quanto à falhas e interrupções da transmissão, os altos preços praticados, os erros e omissões nas faturas de cobrança e o atendimento precário prestado pelos call centers. Os representantes da Anatel explicaram a função reguladora da agência e as ações que vêm sendo tomadas para coibir as falhas nos sistemas fixo e móvel.

Os representantes do Sinditelebrasil e das operadoras relativizaram os problemas e destacaram

as conquistas do setor como a expansão do sistema, os investimentos realizados e a diminuição de reclamações aos órgãos de defesa do consumidor. Também ressaltaram que o setor sofre com a alta taxa de encargos, baixa margem de lucros, além da morosidade dos órgãos ambientais em conceder licenças e legislações locais restritivas, que dificultam a expansão do número de antenas instaladas, indispensáveis para a melhoria do funcionamento do sistema.



Participantes:

Roberto Pinto Martins, Superintendente de Serviços Públicos, e Bruno Ramos, Superintendente de Serviços Privados, da Anatel; Carlos Duprat, Diretor Executivo do Sinditelebrasil; Luiz Otavio C. Marcondes, Diretor de Assuntos Regulatórios da Claro; Luis Fernando Amadeo Almeida, Diretor Jurídico da Nextel; Marcos Augusto Mesquita Coelho, Diretor de Relações Institucionais da Oi – Brasil Telecom; André Gustavo, Gerente Executivo de Relações Institucionais da Tim Celular S/A; Enylson Camolesi, Diretor de Relações Institucionais da Vivo Telefonica.

SAÚDE EM
PAUTA NA CFFCDeputado Edmar Arruda instala
Subcomissão Especial da Saúde

O Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), Deputado Federal Edmar Arruda (PSC/PR), instalou a Subcomissão Especial para Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos Federais Destinados à Saúde no Brasil. A instalação atendeu ao Requerimento N° 290/12, do Deputado Filipe Pereira (PSC/RJ), aprovado pelo plenário da CFFC.

Na reunião de instalação da Subcomissão, Arruda destacou que é preciso fazer mais do que mostrar o problema. “Focar no problema e não mostrar a solução não é eficaz. Não podemos ficar só na fachada. Precisamos pegar os bons modelos e trazer isso para todos”, afirmou.

Como exemplo, o presidente citou o modelo de serviço social criado durante sua gestão no Sindi-

cato da Habitação e dos Condomínios do Estado do Paraná (SECOVI/PR) e convidou os parlamentares da Subcomissão a conhecer o único serviço social no Brasil com certificado ISO 9000. Por esse serviço, empresas da construção civil e do mercado imobiliário oferecem atendimento médico e odontológico a 23 mil trabalhadores desses setores.

A Subcomissão de Saúde será presidida pelo Deputado Filipe Pereira (PSC/RJ) e sua competência abrangerá a fiscalização não só dos recursos públicos oriundos do Ministério da Saúde, mas de todos aqueles destinados ao setor, inclusive os do Ministério da Educação destinados aos hospitais universitários. “Nós precisamos mergulhar na questão do Rio de Janeiro, mas sem esquecer os outros estados”, ressaltou o presidente da Subcomissão.

O Deputado Federal Edmar Arruda sugeriu à nova Subcomissão a implementação de uma tabela com preços máximos para os artigos hospitalares. O modelo já é usado pela tabela Sinapi da construção civil. Já o Deputado Marcelo Mattos, membro da Subcomissão, propôs a centralização de compras com o código de barras.

Subcomissão de Saúde
se reúne com gestores
de hospitais do RJ

Diretores de hospitais federais no Rio de Janeiro estiveram presentes no encontro com a Subcomissão Especial de Saúde da Câmara

O Presidente da Subcomissão Especial de Saúde da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle-CFFC, o Deputado Federal Filipe Pereira (PSC-RJ), promoveu no início de abril, uma reunião com o Vice-Diretor do Departamento de Gestão Hospitalar do Estado do Rio, Helvécio Magalhães, para avaliar os efeitos das denúncias veiculadas na imprensa sobre licitações fraudulentas nas unidades federais de saúde na cidade do Rio de Janeiro.

Participaram do encontro o Deputado Federal Edson Santos (PT/RJ), o Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados Mário Luis Gurgel de

Souza e o representante do Tribunal de Contas da União (TCU) no Rio, Osvaldo Vicente Cardoso Perrou. Os representantes da Controladoria Geral da União (CGU) Valdir Agapito Teixeira, José Gustavo Lopes Roriz, Marisa Pignataro e Carlos Henrique Castro Ribeiro e o Diretor do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, Adalberto Fulgêncio dos Santos Jr., também estiveram presentes.

O Presidente da Subcomissão Especial de Saúde falou aos diretores de hospitais federais sobre o trabalho da Subcomissão e ressaltou os pontos que a CFFC gostaria de esclarecer com relação à reportagem veiculada pelo programa Fantástico, da Rede Globo, e a matéria da revista Veja. “Nossa pretensão é trazer à luz a verdade dos fatos, pois é dever da Câmara dos Deputados dar uma satisfação à sociedade. Estamos trabalhando em conjunto com a Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União, no sentido de buscar a verdade sobre ocorrências divulgadas na mídia”, acrescentou. O Deputado Federal Filipe Pereira reuniu-se também com o Superintendente da Polícia Federal Valmir Lemos de Oliveira, responsável pelo inquérito policial do caso.

SubSaúde avalia
denúncias nos hospitais
federais do Rio

Presidente da Subcomissão, técnicos do TCU e da CGU se reúnem com a Polícia Federal

O Deputado Federal Filipe Pereira (PSC-RJ), Presidente da Subcomissão Especial de Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos Federais Destinados à Saúde no Brasil, da Câmara dos Deputados, comandou no início de abril, ação de fiscalização a hospitais federais do Rio de Janeiro, envolvidos em supostas fraudes de licitação, conforme denúncias da imprensa.

A ação envolveu encontro da SubSaúde, com o Delegado da Polícia Federal Valmir Lemos de Oliveira, responsável pelo inquérito sobre o caso, na sede da Superintendência da Polícia Federal. Os Delegados Victor Hugo Poubel e Leila Quintanilha e o perito Dailson Viana também participaram do encontro.

Acompanharam a Subcomissão Especial de Saúde neste encontro os Deputados Federais Edson Santos (PT/RJ) e Rogério Carvalho (PT/SE); os técnicos da Controladoria-Geral da União Marisa Pignataro, Carlos Henrique de Castro Ribeiro e Valdir Agapito Teixeira; o Secretário de Controle Externo do TCU no Estado do Rio de Janeiro, Osvaldo Vicente Cardoso Perrou; o Diretor do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, Adalberto Fulgêncio dos Santos Jr.; e o Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados, Mário Gurgel.

O Deputado Filipe Pereira destacou que é dever da Subcomissão Especial de Saúde averiguar os fatos denunciados e as supostas fraudes, já que envolvem verbas federais aplicadas na saúde. Durante o encontro, parlamentares, delegados e técnicos do TCU e CGU fizeram uma análise das denúncias, de como são feitas as licitações, com base na Lei 8.666/93, citando exemplos de supostas fraudes em outros setores.

Após a reunião, a Comitiva visitou o primeiro dos seis hospitais federais a serem fiscalizados no Rio de Janeiro: o Instituto de Pediatria, do Hospital Clementino Fraga Filho, da UFRJ, na Ilha do Fundão. O Diretor do hospital, Edimilson Migowski, foi que denunciou o esquema de empresas que vem procurando gerar superfaturamento de preços nos serviços e produtos para a saúde no Rio de Janeiro.

Irregularidades em Hospitais Federais do RJ chegam à CFFC

As denúncias de veículos de comunicação a respeito de esquemas de fraudes em licitação envolvendo hospitais federais no Estado do Rio de Janeiro foram tema também de uma audiência pública na CFFC. A Comissão convidou para debater a questão o ministro da saúde Alexandre Padilha, representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU) e também a diretora de um dos hospitais envolvidos na denúncia.

O Ministro da Saúde Alexandre Padilha destacou o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Ministério para aumentar a transparência, a fiscalização e o controle dos gastos e serviços públicos de saúde, inclusive nos hospitais federais do Rio de Janeiro. Segundo o ministro, a economia de recursos resultante desse trabalho vem sendo investida na melhoria e ampliação dos serviços oferecidos à população.

Questionado pelo Deputado Nelson Bornier (PMDB/RJ), autor dos Requerimentos 180/11 e

202/11 para a realização da audiência, o ministro também abordou questões pontuais sobre denúncias envolvendo os hospitais federais do Rio de Janeiro e um ex-assessor do Ministério da Saúde. O ministro deixou claro que as providências cabíveis já estão sendo tomadas pelos órgãos competentes.

Os representantes do TCU e da CGU também prestaram esclarecimentos sobre o andamento das investigações envolvendo irregularidades nos hospitais federais do Rio de Janeiro. A ex-diretora administrativa do Hospital Federal de Bonsucesso, Leila Regina de Carvalho, destacou seu trabalho como servidora de carreira na área da saúde e negou qualquer envolvimento em irregularidades.

O deputado Nelson Bornier ficou satisfeito com a participação do ministro e demais convidados, mas lamentou a ausência de diversos diretores dos hospitais federais do Rio de Janeiro convidados para o debate e também do diretor do Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do Rio, João Marcelo Ramalho Alves.

Participantes:

Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro da Saúde; Osvaldo Vicente Cardoso Perrou, titular da Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro do Tribunal de Contas da União; Marcelo André Barboza da Rocha Chaves, titular da 4ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União; Valdir Agapito Teixeira, Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União; José Gustavo Lopes Roriz, Diretor de Auditoria da Área Social da Controladoria-Geral da União; Leila Regina de Carvalho, ex-diretora administrativa do Hospital Federal de Bonsucesso.

Esporte

Subcomissões
da Copa e das
Olimpíadas
estão de volta

O plenário da CFFC votou a favor, com algumas alterações, do Requerimento nº 277/12, do Deputado Nelson Bornier (PMDB/RJ), para a reinstalação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária e Financeira do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Além desses programas do Governo Federal, a CFFC quer acompanhar de perto também os trabalhos desenvolvidos para os eventos esportivos que já mobilizam o Brasil: a Copa 2014 e as Olimpíadas 2016. Por isso os membros da Comissão aprovaram o Requerimento nº 280/12, do Deputa-

do Filipe Pereira (PSC/RJ), para a reinstalação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos Federais Destinados à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

Para o Presidente da Comissão, Deputado Federal Edmar Arruda (PSC/PR), as Subcomissões são fundamentais para a dinamização dos trabalhos da CFFC. “Eu acredito que as Subcomissões contribuem para que os membros da CFFC se dediquem especialmente aos trabalhos que estão sob nossa responsabilidade na Casa. Elas permitem um foco direcionado e assim conseguimos ser proativos”, destacou.



Subcomissão visita obras da Copa 2014 e das Olimpíadas



A Subcomissão Permanente da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 deu início ao acompanhamento dos recursos aplicados nas obras e no andamento dos trabalhos. No início de maio, a Subcomissão, presidida pelo Deputado Federal Marcelo Matos (PDT/RJ), começou as visitas de acompanhamento e fiscalização. O trabalho começou pelo Maracanã, que receberá a final do Mundial do Brasil e seguiu com visita a sede do Comitê Olímpico Brasileiro-COB, para averiguar os preparativos das Olimpíadas de 2016.

NO PALCO DA FINAL – Além do presidente da Subcomissão, Marcelo Matos, os deputados Áureo (PRTB/RJ), Nilton Capixaba (PTB/RO) e Aline Corrêa (PP/SP), e Márcio Emmanuel, diretor do TCU, também estiveram no estádio. A comitiva foi recebida pelo presidente da Empresa de Obras Públicas (Emop), Ícaro Moreno Júnior, pelo gerente do consórcio responsável pelas obras,

Carlos Zayen, e pelo subsecretário de Eventos e Esporte do Estado, Nilo Félix. Segundo o presidente do Emop, as obras estão sendo executadas dentro do prazo estipulado e 50% já estão concluídas.

Para tocar uma obra desta proporção, a força de trabalho é de fundamental importância. Hoje são 5.200 funcionários, em dois turnos. A conclusão das obras está prevista para fevereiro de 2013, a tempo da disputa da Copa das Confederações, evento-teste da Copa. Os responsáveis pelo empreendimento explicaram à Comitiva da Câmara que não houve muita dificuldade na contratação de funcionários. Zayen afirmou que foi mais fácil do que se esperava e ressaltou que “há uma grande rotatividade na mão de obra, mas o que chamou a atenção mesmo foi o número de mulheres que trabalham no estádio: são cerca de 350, em cargos que vão desde engenheira a pedreira”.

Do estádio antigo, só vai sobrar o esqueleto. Internamente, ele será remodelado. Só 20% da estrutura das arquibancadas, por exemplo, serão apro-

veitados. A expectativa é que a Copa mude a forma de se ver futebol no país. Os antigos camarotes serão todos demolidos e novos serão erguidos onde antes ficava a Tribuna de Imprensa. Eles estavam fora dos padrões e tinham problemas de circulação de ar. Uma boa notícia é que a reforma do Maracanã é também uma obra ecologicamente correta.

“O presidente da Emop nos disse que o material demolido é reciclado e o ferro e o concreto vão para obras da Prefeitura e do Estado. Além disso, tirei minhas dúvidas sobre acessibilidade e fui informado que todo o trabalho está sendo feito nesse sentido, em parceria com o Ministério Público”, disse Marcelo Matos.

Quanto às obras no entorno do Maracanã, o Presidente da Emop destacou: “Fizemos um estudo de fluxo para traçar questões de entrada e saída, catracas e a passarela. O estudo externo está acabando agora. A Fifa nos ajuda a ver a dinâmica do evento.” Está em andamento também um estudo para ver aonde a passarela que virá da Quinta da Boa Vista irá terminar. “Mas essa passarela só estará pronta na época do Mundial”, completou Ícaro Junior.

O Presidente da CFFC, Edmar Arruda (PSC/PR), acredita que a visita às obras é fundamental. “O Congresso deve estar envolvido em todo o processo de preparação para os jogos. Nossa Comissão, especialmente. O nosso trabalho é cuidar para que o dinheiro público seja aplicado de forma correta e que a população tenha acesso a todo este processo, com total transparência”, ressaltou Arruda.

Olimpíadas com transparência

Subcomissão faz visita de fiscalização no Rio e deputados avaliam aplicação dos recursos públicos nas obras dos Jogos



Durante a visita de fiscalização ao Rio de Janeiro, a Subcomissão realizou uma reunião com os membros do Comitê Organizador dos Jogos de 2016. Os Deputados Marcelo Matos e Áureo foram recebidos pelo Diretor Geral Leonardo Gryner, tiveram uma apresentação geral do projeto e foram informados de que todas as instalações esportivas estarão prontas em dezembro de 2014.

O projeto tem pilares estratégicos como excelência técnica, promoção da imagem do Brasil e transformação sustentável através do esporte. O projeto técnico divide os Jogos em quatro regiões: Deodoro, Maracanã, Copacabana e Barra da Tijuca. Nesta última, por exemplo, ficarão as Vilas Olímpica e Paraolímpica, Riocentro e o Parque Olímpico da Reserva de Marapendi, entre outros espaços, como o Centro de Mídia.

A Região de Copacabana abrigará 18% das competições em espaços como a Marina da Glória, o Parque do Flamengo, a Lagoa Rodrigo de Freitas e o Forte de Copacabana. Já a Região do Maracanã sediará 18% das competições em quatro instalações: Estádio João Havelange (Engenhão), Estádio do Maracanã, Ginásio do Maracanzinho e Sambódromo. Finalmente, a Região de Deodoro, que engloba o Parque Radical do Rio, o Centro Nacional de Tiro, o Centro Nacional de Hipismo, a Arena de Deodoro e o Parque de Pentatlo Moderno.

O Deputado Áureo perguntou sobre a questão das telecomunicações e ouviu do Diretor Geral Leonardo Gryner detalhes do planejamento nesse sentido. Já Marcelo Matos quis saber se foi criada uma lei específica para os Jogos. Gryner explicou que existe o Ato Olímpico, mas que os Jogos são planejados e regidos pelas leis que já existem no país.

Além dos projetos, a Subcomissão questionou também os organizadores a respeito do funcionamento do orçamento dos Jogos. O Comitê Olímpico Internacional (COI) informou que existem dois orçamentos. Um com os principais custos com operações para organização e outro com gastos em infraestrutura. O dossiê da candidatura mostra um valor de U\$ 5,6 bilhões, sendo 31% de responsabilidade do COI, 24% de dinheiro público e 45% da iniciativa privada.

Mais de um terço das obras necessárias já estão em andamento. Os deputados também conheceram a estrutura de governança do Comitê, com Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho Executivo, Diretoria Estatutária, Conselho de Esportes e Conselho de Honra. Todos os trabalhos são periodicamente fiscalizados, garantindo a transparência do processo. O Comitê fechou o ano de 2011 com 231 pessoas, entrou 2012 com 375 e no período dos Jogos deverá ter 110 mil pessoas trabalhando. Dessas, 70 mil serão voluntárias.

Uma das principais preocupações da Subcomissão da Câmara é com o legado dos Jogos, a herança que ele deixará para a cidade e o País. De acordo com os organizadores, as principais conquistas da população após a realização dos Jogos Olímpicos serão um laboratório antidoping nos padrões internacionais, o Centro Olímpico de Treinamento, primeiro da América Latina, e o Parque Radical do Rio, em Deodoro.

Ficará também, e de forma mais abrangente para a população, o legado de infraestrutura, como nos transportes, já que o Rio ganha um anel de transporte de alta performance. Serão 120 novos trens, sendo que 90 já estão comprados e serão distribuídos entre Metrô linha 1, Supervia e Metrô linha 2.

O Porto do Rio também é uma conquista para a população. Os deputados puderam conhecer as instalações propostas, como o Centro de Operações, o Centro de Tecnologia e o Centro de Logística. As obras de recuperação e transformação do Porto ficarão para as gerações futuras.

O Presidente da CFFC, Deputado Edmar Arruda (PSC/PR) defende que os legados para a população sejam o foco de todas as obras dos Jogos Olímpicos 2016 e da Copa 2014. “O mais importante destes eventos esportivos são as melhorias em infraestrutura que ficarão para a sociedade. Claro que o espetáculo do futebol e de todos os esportes olímpicos também é importante, além do que, com esses eventos, o Brasil se coloca no centro de todas as atenções, e isso é positivo para a economia e a imagem do país”, enfatizou Arruda.

Membros da CFFC se reúnem com Eduardo Paes



No dia 16 de maio, o Presidente da Subcomissão, Deputado Marcelo Matos, e o Deputado Áureo se reuniram com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, o Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Marcos Mendlovitz, o Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Carlos Eduardo de Queiroz, e com Bruno Hartz, que representou o Diretor da Terceira Diretoria da 9ª Secretaria de Controle Externo, Márcio Pacheco. A reunião aconteceu no Centro de Operações da Prefeitura do Rio (COR), onde os deputados puderam conhecer mais sobre a infraestrutura e logística do município.

No encontro, o Deputado Paes destacou que a Prefeitura do Rio está utilizando recursos próprios em quase todas as obras que estão sendo realizadas para as Olimpíadas. O prefeito informou ainda que a Etapa 1 das obras envolveu mais de duas mil desapropriações e está com 37% dos trabalhos concluídos, e que a Etapa 2 acaba de começar. Paes ressaltou que muitos querem acompanhar a matriz de responsabilidade, e apontou como desafio a cooperação de diversos setores para desburocratizar os processos e fazer com que as obras aconteçam de forma mais rápida e eficaz.

Ao ser questionado pelo Deputado Marcelo Matos sobre a demolição do viaduto da Perimetral, no centro da cidade, o prefeito disse que a obra, além de dobrar a capacidade de fluxo de veículos, terá custo zero para o Estado, já que será realizada pela iniciativa privada. A obra acontecerá em três etapas e deve estar pronta no final de 2015.

TELEFONIA – Outro tema abordado durante o encontro foi o decreto da Prefeitura que regulariza as antenas de telefonia celular, lembrando que as antenas continuam irregulares em todo o país. Paes garantiu que o decreto será mantido e que as empresas terão que investir para se adequar a ele. Ele disse ainda que as empresas estão negociando com a Secretaria de Conservação e se comprometeram a cumprir o decreto. “Quero firmar uma espécie de termo de ajustamento de conduta”, disse o prefeito.

Aeroportos ainda preocupam a CFFC

Durante os trabalhos da Subcomissão no Rio, os deputados foram também ao Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão) checar o andamento das obras. A Comitativa foi recebida pelo Superintendente Regional do Rio de Janeiro, Abibe Ferreira Júnior, o Superintendente do Galeão Wilson Brandt Filho, o Gerente de Administração e Finanças do Galeão, Antonino Pitasi, o Gerente de Obras do Galeão Carlos Roberto da Silva, e pelo Coordenador de Obras e Serviços, Sílvio de Barros Biancardine.

Entre as modificações feitas no aeroporto, Abibe Ferreira garante que novas esteiras de bagagem já estão compradas e já há licitação para novas escadas-rolantes, pois as atuais têm 37 anos, são usadas 24 horas por dia e sempre apresentam problemas. Obras concluídas em abril readequaram toda a caixa de elevadores no Terminal 1, além de solucionar problemas de ventilação depois de 30 anos sem controle ou manutenção. Agora estão elaborando plano de ataque às obras, para que elas não sofram interrupções. As obras terão de ser feitas com o aeroporto em atuação.

O Terminal 1 será totalmente modernizado. Contratação de mão de obra também está prevista para este momento. Foi apresentada ainda a descrição das adequações do Terminal 2, com obras civis, instalações hidrossanitárias e sistema de combate a incêndio, além de novo mobiliário operacional, reforma geral e edificação para a instalação

dos elevadores, entre outras ações. Mas não são apenas obras. O tempo de check in é um problema crônico e hoje pode demorar 40 minutos, quando o padrão internacional é de 18 minutos. Todas as companhias que atuam no aeroporto estão tendo seus tempos conferidos para se adaptarem às necessidades de um grande evento internacional.

O presidente da Subcomissão pediu a relação das empresas que hoje têm contrato com a manutenção nos terminais, além de acesso ao projeto de modernização e também o acompanhamento do cronograma físico e financeiro das obras desde 2008.

O serviço de táxis no aeroporto foi outro assunto discutido. Ferreira disse que hoje sete cooperativas atuam e que mais uma está em processo de licitação. Marcelo Matos quis saber se as empresas atuantes na área não podem aumentar o número de veículos, e sugeriu a criação de um selo de qualidade para taxistas credenciados pela Infraero, através de um edital que definiria os critérios para obter a classificação. Atualmente os taxistas que trabalham no aeroporto precisam estar cadastrados na Prefeitura.

A Subcomissão questionou a equipe sobre os investimentos no Aeroporto Santos Dumont e no Aeroporto de Jacarepaguá. Segundo os responsáveis a obra do pátio do Santos Dumont deve ser retomada ainda em 2012, assim como os trabalhos no terminal de passageiros. No Aeroporto de Ja-

O tempo de check in é um problema crônico e hoje pode demorar 40 minutos, quando o padrão internacional é de 18 minutos. Todas as companhias que atuam no aeroporto estão tendo seus tempos conferidos para se adaptarem às necessidades de um grande evento internacional.

carepaguá, que além de hangares precisa de uma torre de controle, será feita uma licitação ainda este ano. Isso sem falar no Aeroporto de Macaé, que também receberá melhorias.

O presidente da CFFC reforça que a infraestrutura aeroportuária precisa ser aprimorada urgentemente: “Com o crescimento econômico, cada dia mais brasileiros estão tendo acesso a esse meio de transporte; além disso, o Brasil está atraindo cada vez mais turistas e empresários, está claro que o país não acompanhou este crescimento; todos precisam se esforçar, governo e empresas, para que brasileiros e estrangeiros não tenham que enfrentar tantos contratemplos todas as vezes que precisarem pegar um avião”.

Audiências Públicas movimentam o semestre na CFFC

As audiências públicas são o espaço destinado ao debate entre autoridades de governo, parlamentares e membros da sociedade civil. Em pauta, os assuntos atualmente discutidos na sociedade e que possuem relevância para o país. A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) realizou cinco audiências públicas no primeiro semestre. Os temas foram desde o mau funcionamento dos serviços de telefonia até escândalos no Poder Executivo.

Comissão de Ética da Presidência da República presta esclarecimentos na CFFC

O Requerimento 284/2012, do Deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP), pediu e a CFFC acatou. A Comissão de Ética da Presidência da República,



representada pelo seu presidente, Ministro Sepúlveda Pertence, veio a CFFC para falar sobre seu papel e atribuições.

O presidente enfatizou a evolução das instituições democráticas do país desde o fim da ditadura militar, com a criação de uma série de organismos de controle e fiscalização do poder público, culminando com a criação da Comissão de Ética Pública. Sepúlveda explicou como está estruturada a Comissão de Ética, suas funções e principais ações desenvolvidas.

Na fase de debates, o Deputado Vanderlei Macris cobrou esclarecimentos sobre as conclusões e consequências das investigações da Comissão de

Ética Pública envolvendo ministros de Estado. O parlamentar questionou o que foi feito nos casos recentes de denúncias de corrupção. Já o Deputado Edson Santos, elogiou o trabalho desenvolvido pela Comissão de Ética, destacando sua importância para o aumento da transparência na administração pública e defendeu a necessidade de fortalecimento da estrutura da Comissão que, conforme informou o presidente da Comissão de Ética, possui orçamento bastante modesto.

Participante:

José Paulo Sepúlveda Pertence, presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

Escândalo na compra de lanchas em debate na CFFC

Ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, veio à Comissão dar esclarecimentos



A CFFC, a partir do Requerimento nº 301/12, do Deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP), convocou a atual Ministra das Relações Institucionais e ex-ministra da Pesca e Aquicultura (MPA) Ideli Salvatti, para dar explicações a respeito das denúncias de irregularidades na compra de 28 lanchas por parte do Ministério da Pesca. A ministra esclareceu que todo o processo de aquisição das lanchas-patrolha pelo MPA ocorreu antes de sua posse e afirmou que em sua gestão efetuou apenas o pagamento da última parcela referente ao contrato.

Ainda segundo a ministra, a auditoria feita pelo TCU se deu após a sua saída da pasta, não havendo, portanto, qualquer questionamento de órgãos de fiscalização sobre esse contrato durante o período em que foi ministra da Pesca e Aquicultura. Questionada pelo autor do requerimento de audiência, Deputado Vanderlei Macris, a ministra afirmou que só tomou conhecimento do contrato após sua posse no MPA e que todas as lanchas foram destinadas à fiscalização, por meio de compartilhamento com a Marinha e com órgãos de fiscalização de diversos estados da Federação.

Participante:

Ideli Salvatti, ministra da Secretaria de Relações Institucionais (ex-ministra da Pesca e Aquicultura).

Transposição do Rio São Francisco

O Ministro da Integração Nacional Fernando Bezerra compareceu na audiência pública convocada a partir do Requerimento nº 292/12, do Deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP), para prestar esclarecimentos sobre o conjunto das obras do projeto de integração das bacias hidrográficas nordestinas, a partir da transposição das águas do Rio São Francisco. O objetivo principal dessas obras, segundo o ministro, é oferecer segurança hídrica à região, ampliando a oferta de água, sobretudo no semiárido nordestino.

De acordo com Bezerra, as obras foram interrompidas temporariamente devido a questões técnicas levantadas nos projetos executivos – que ensejaram aditivos contratuais –, mas já foram retomadas e, até o fim do ano, estarão em ritmo acelerado. Segundo ele, já foram executados 36% do total das obras e a variação na estimativa dos

Audiência discute as dificuldades encontradas pelo Governo Federal para a conclusão das obras de transposição do Rio São Francisco

custos – que em 2007 era de R\$ 4,8 bilhões e atualmente é de 8,200 bilhões – ocorreu principalmente devido aos reajustes contratuais já previstos e ao aumento do custo socioambiental das obras, estando os aditivos contratuais limitados a 25% do valor inicialmente pactuado.

Questionado pelos parlamentares, o ministro admitiu que o custo total ainda pode sofrer reajustes, mas garantiu que não faltarão recursos para a execução das obras, respeitando-se os cronogramas atuais, que preveem a conclusão do eixo leste até o final de 2014 e do eixo norte no segundo semestre de 2015.

Participante:

Fernando Bezerra, ministro da Integração Nacional.



Parlamentares africanos visitam a Câmara dos Deputados



Durante os meses de abril e maio deste ano, duas delegações de parlamentares africanos visitaram a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados para conhecer a atividade de fiscalização desenvolvida pelo Parlamento brasileiro.

Os Representantes do Povo da República Democrática Federal da Etiópia conheceram as modalidades de monitoramento do Poder Executivo pelo Legislativo, em especial a fiscalização da execução orçamentária e da boa governança. A comitiva também se interessou em saber sobre as atribuições e forma de trabalho da CFFC.

Já a Delegação Parlamentar da República do Quênia, composta por deputados membros da Comissão de Fundos para Distritos Eleitorais da Assembleia Nacional do Quênia, visitou a CFFC para conhecer a experiência brasileira na transferência de fundos constitucionais e os mecanismos de fiscalização e controle financeiro e orçamentário da Casa. Os parlamentares estrangeiros acompanharam uma reunião deliberativa da CFFC e depois assistiram a uma apresentação sobre as atribuições e forma de trabalho da Comissão Financeira na sala da Presidência da Comissão.

Ministro do TCU visita a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

No mês de março de 2012, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados recebeu a visita do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), José Múcio Monteiro, que reforçou para os membros da Comissão a importância da responsabilidade constitucional da Instituição e o trabalho essencial de fiscalização de órgãos e obras onde houver investimentos da União

Na ocasião, o ministro informou sobre os trabalhos desenvolvidos pelo TCU, a pedido da CFFC, na fiscalização de hospitais e entidades de saúde localizadas no Estado do Rio de Janeiro que receberam recursos federais. A ação surgiu em virtude de denúncia feita pelo programa Fantástico, da Rede Globo, que mostrou a existência de esquema de fraudes em licitações na área, que eram cometidas por empresas que forneciam produtos e serviços para a rede de saúde pública.

Além da solicitação da intervenção fiscalizadora por parte do TCU, a CFFC também criou a Subcomissão Especial da Saúde, presidida pelo Deputado Filipe Pereira, que tem por objetivo acompanhar os trabalhos de fiscalização e garantir a punição dos responsáveis e o restabelecimento da boa aplicação dos recursos federais na área.

Para o Deputado Edmar Arruda, presidente da CFFC, a atuação do TCU demonstra o trabalho conjunto entre o Parlamento e a instituição de controle na busca pela gestão eficiente dos recursos públicos e no combate à corrupção.

Comissão de Fiscalização se reúne com técnicos do TCU

Em 17/4/2012, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle se reuniu com representantes do corpo técnico do Tribunal de Contas da União (TCU) para discutir sobre o uso dos recursos que o TCU dispõe para auxiliar os trabalhos da Comissão. Os técnicos do Tribunal também quiseram saber sobre os trabalhos desenvolvidos para a Copa, obras públicas, rodovias, PAC e saúde. A reunião foi sugerida pelo Ministro do TCU José Múcio, em visita anterior à Comissão.

Para prestar os esclarecimentos aos parlamentares, o TCU enviou à reunião os seguintes expositores: Guilherme Henrique de la Roque, Secretário-geral de Controle Externo; André Luiz Mendes, Secretário de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – Secob-1; Marcelo Barros Gomes, Secretário de Macroavaliação Governamental – Semag; Marcelo Andre Chaves, Secretário da 4ª Secretaria de Controle Externo; Marcelo Chaves Aaragão, Secretário Adjunto de Planejamento e Procedimento – Adplan; e José Ulisses Rodrigues Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – Secob-2.

Galeria

Deputado Edmar Arruda é eleito Presidente da CFFC

O Deputado Federal Edmar Arruda (PSC/PR) foi eleito presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para a sessão legislativa de 2012. Para 1º vice-presidente, a Comissão elegeu o Deputado Edson Santos (PT/RJ) e para 2º vice-presidente o Deputado Wellington Roberto (PR/PB).



Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC

Presidente: Edmar Arruda (PSC/PR) | **1º Vice-Presidente:** Edson Santos (PT/RJ) | **2º Vice-Presidente:** Wellington Roberto (PR/PB)

TITULARES	SUPLENTES
PT	
Devanir Ribeiro PT/SP (Gab. 332-IV)	José Mentor PT/SP (Gab. 502-IV)
Edson Santos PT/RJ (Gab. 402-IV)	Odair Cunha PT/MG (Gab. 556-IV)
Vanderlei Siraque PT/SP (Gab. 15-II)	Sibá Machado PT/AC (Gab. 421-IV)
PMDB	
Aníbal Gomes PMDB/CE (Gab. 731-IV)	Eduardo Cunha PMDB/RJ (Gab. 510-IV)
Edio Lopes PMDB/RR (Gab. 350-IV)	João Magalhães PMDB/MG (Gab. 211-IV)
Giroto PMDB/MS (Gab. 277-III)	(Deputado do PRTB ocupa a vaga)
Hugo Motta PMDB/PB (Gab. 582-III) - vaga do Bloco PV, PPS	
Nelson Bornier PMDB/RJ (Gab. 727-IV) - vaga do PP	
PSDB	
Carlos Brandão PSDB/MA (Gab. 529-IV)	Vanderlei Macris PSDB/SP (Gab. 348-IV)
(Deputado do PEN ocupa a vaga)	Vaz de Lima PSDB/SP (Gab. 850-IV)
PP	
Aline Corrêa PP/SP (Gab. 511-IV)	Carlos Magno PP/RO (Gab. 213-IV)
(Deputado do PMDB ocupa a vaga)	Luis Carlos Heinze PP/RS (Gab. 526-IV)
DEM	
Ronaldo Caiado DEM/GO (Gab. 227-IV)	Davi Alcolumbre DEM/AP (Gab. 231-IV) - vaga do PSB
	Mendonça Filho DEM/PE (Gab. 314-IV)
	Pauderney Avelino DEM/AM (Gab. 610-IV) - vaga do PDT
	Rodrigo Maia DEM/RJ (Gab. 308-IV)
PR	
Paulo Feijó PR/RJ (Gab. 286-III)	Anthony Garotinho PR/RJ (Gab. 714-IV)
Wellington Roberto PR/PB (Gab. 514-IV)	Davi Alves Silva Júnior PR/MA (Gab. 831-IV)
PSB	
Glauber Braga PSB/RJ (Gab. 362-IV)	(Deputado do DEM ocupa a vaga)
PDT	
Marcelo Matos PDT/RJ (Gab. 579-III)	(Deputado do DEM ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
(Deputado do PMDB ocupa a vaga)	Roberto Freire PPS/SP (Gab. 606-IV)
PTB	
Nilton Capixaba PTB/RO (Gab. 724-IV)	(Deputado do PTC ocupa a vaga)
PSC	
Edmar Arruda PSC/PR (Gab. 962-IV)	Filipe Pereira PSC/RJ (Gab. 705-IV)
PCdoB	
Daniel Almeida PCdoB/BA (Gab. 317-IV)	(Deputado do PSD ocupa a vaga)
PSD	
	Sérgio Brito PSD/BA (Gab. 638-IV) - vaga do PCdoB
PRTB	
	Aureo PRTB/RJ (Gab. 581-III) - vaga do PMDB
PEN	
Fernando Francischini PEN/PR (Gab. 265-III) - vaga do PSDB	
PTC	
	Edivaldo Holanda Junior (*) PTC/MA - vaga do PTB



EXPEDIENTE

REPORTAGENS: Camilla Stivelberg, Jair Ferreira e Natalia Oliveira **EQUIPE CFFC:** Regina Games - Secretária, Marcelo Lapa, Andrea Christina Menezes, Jair Ferreira, Ariadna Vasconcelos, Denize Pinto, Fátima Loureiro, Olga Miyamoto, Maristela Araujo, Hosane Silva, Ronaldo Araujo, Manuela Andrade e Nizar Raad; aprendizes - Ana Karolina Guimarães e Rayane Lopes **DIAGRAMAÇÃO:** Nação Propaganda
IMPRESSÃO: Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA/CGRAF) em papel reciclado **TIRAGEM:** 5.000 exemplares

FALE CONOSCO: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala A, Sala 163-A CEP 70160-900
Telefone: (61) 3216-6672 / e-mail: cffc.decom@camara.gov.br